



09.02.17

- REQUERIMENTO Número /x (.ª)
- PERGUNTA Número 1262 /x (4ª .ª)

Expeça-se

Publique-se

181 2109

O. Secretário da Mesa

Recorreia

Por determinação de S. E. X. P. A. R., à
Sra. Secretária da Mesa

Assunto: Medidas de apoio à indústria da madeira e do mobiliário

Destinatário: Ministério da Economia e Inovação

09.02.17

[Handwritten signature]

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

Os Deputados do PCP eleitos no Distrito do Porto efectuaram uma abordagem política a alguns dos problemas que afectam a indústria da madeira, que, como é sabido, tem especial importância económica e social nos Concelhos de Paços de Ferreira e Paredes. Foram realizadas diversas reuniões e contactos, mormente com a Direcção dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção do Norte (STCMMPMCN) e com a Direcção Executiva da Associação Empresarial de Paços de Ferreira, entidades que, como parceiros sociais e actores relevantes, desempenham um papel incontornável neste sector de actividade económica.

Segundo informações que nos foram disponibilizadas, cerca de dois terços das empresas da indústria e comércio da madeira e do mobiliário estão situadas nos Concelhos de Paredes e de Paços de Ferreira, com uma produção que se destina, em cerca de 60% para a exportação, em especial para a Espanha e França.

Actualmente, e com o agravar de uma situação económica e financeira muito problemática, o mercado exportador tem sofrido uma forte retracção da parte daqueles dois principais destinos, existindo uma necessidade vital de procurar diversificar os mercados para que a indústria nacional da madeira não venha a sofrer um declínio com consequências potenciais muito graves no plano económico e social. Esta urgente diversificação depende muito da capacidade de promover os produtos da indústria do mobiliário nacional noutros mercados, objectivo para o qual é possível, desejável e necessária uma participação muito mais eficaz e específica do Governo. O apoio ao marketing, à promoção externa, em especial a diversificação de mercados, em síntese, o apoio à internacionalização para além dos habituais mercados espanhol e francês reveste importância prioritária para a indústria portuguesa do mobiliário, designadamente para a que se situa nos Concelhos de Paços de Ferreira e de Paredes.

Os meios disponibilizados pelo QREN para este objectivo e sector são reconhecidamente insuficientes, razão pela qual, na actual conjuntura, se torna imprescindível um reforço dos meios previstos no "quadro comunitário de apoio" para suporte à internacionalização e diversificação de mercados do sector industrial



associado à produção de mobiliário.

Segundo a Associação Empresarial representativa do sector do mobiliário, com sede em Paços de Ferreira, existem, também neste sector, vastos problemas comuns a outras áreas da economia nacional, concretamente a dificuldade de acesso ao crédito (com a banca a assumir uma posição de inaceitável usura quanto aos spreads que utiliza em créditos, avalizados muitas vezes pelo Estado), com a insistência do Governo em manter o Pagamento Especial por Conta e a insistir em impedir a generalização do designado IVA de caixa, rejeitando propostas com esses objectivos que este Grupo Parlamentar não se tem cansado de apresentar, algumas delas desde o último trimestre de ... 2007!

Quanto ao apoio global às PMES, verifica-se igualmente que o QREN disponibiliza meios financeiros claramente inferiores, (cerca de 10% do total de apoios deste tipo, previstos no actual "quadro comunitário de apoio", segundo informação da associação empresarial), por comparação com os valores destinados para as grandes empresas e grupos económicos. Seria também desejável criar sistemas mais diferenciados de incentivos – para as PMES e para as grandes empresas – e rever a forma de distribuição dos meios financeiros disponíveis, aumentando a quota-parte das PMES, aliás responsáveis pela esmagadora maioria do emprego em Portugal.

Face ao exposto, e tendo em conta os dispositivos regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do **Ministério da Economia e Inovação**, responda às seguintes questões:

1. Face à quebra verificada nos mercados tradicionais, considera o Governo ou não necessário reforçar os meios do QREN afectos à internacionalização para permitir uma diversificação urgente dos actuais destinos da produção nacional de mobiliário? Em caso afirmativo, o que pensa o Ministério fazer, e quando, para o concretizar?
2. E quanto à afectação global de meios financeiros entre as PMES e as grandes empresas e grupos económicos? Pensa o Governo que é justo uma afectação tão privilegiada de meios destinados aos projectos dos grandes grupos económicos? Não entende o Ministério que são as PMES quem assegura mais de 95% do emprego em Portugal e que este é o principal problema com que o País se vê confrontado? Está o Governo disposto, ou não, a rever esta afectação distribuindo maior volume de financiamento para as PMES? Em caso afirmativo, como e quando tenciona o Ministério agir?
3. E quanto às regras de candidatura a apoios comunitários? Considera ou não Governo que as regras e regulamentação deveriam ser mais diversificada e específicas, mais compatíveis com a realidade das PMES em Portugal?

Palácio de São Bento, 17 de Fevereiro de 2009.

(Honório Novo)

Os Deputados:

(Jorge Machado)